

*O reconhecimento do Espírito Santo pelas expedições portuguesas antes de 1535.*

ESTILAJUE FERREIRA DOS SANTOS  
Universidade Federal do Espírito Santo

Recebido em 03/2007

Parecer 08/2007

**Resumo**

Este artigo rediscute a questão do reconhecimento do litoral do ES antes do início de sua colonização efetiva, a partir das novas contribuições da historiografia brasileira e portuguesa, apresentando evidências extraídas da cartografia da época e dos relatos de viagem. Sua conclusão é a de que o este reconhecimento inicial foi bastante prejudicado pela existência de dificuldades de navegação associadas à ultrapassagem dos Abrolhos, ao sul de Porto Seguro.

Palavras-chave: reconhecimento, Espírito Santo, descoberta, cartografia, navegação.

**Abstract**

This article rediscusses the question of the recognition of the ES' coast before the beginning of its settling accomplishes, from the new contributions of the Brazilian and Portuguese historiography, presenting extracted evidences of the cartography of the time and the stories of trip. Its conclusion is that the initial recognition was sufficiently wronged for the existence of navigation difficulties associates to the ultraticket of the Abrolhos, to the south of Porto Seguro.

Keywords: Recognition, Espírito Santo, discovery, cartography, navigation.

## Introdução

Com grande vocação para as atividades marítimas, em virtude de seu complexo portuário, (apesar deste ser ainda deficiente e passível de muitos desenvolvimentos), o Espírito Santo (ES) possui hoje uma das economias mais extrovertidas do país, e de seus portos partem a cada dia enormes navios cargueiros que transportam, principalmente para o exterior, produtos como minério de ferro, celulose, aço, café, rochas ornamentais, e outros, e sem dúvida o comércio marítimo é hoje uma das maiores potencialidades de sua economia.

Mas nem sempre foi assim, e surpreende constatar-se que desde os primórdios da chegada dos portugueses ao Brasil, e logo depois de 1500, dificuldades de comunicação de toda ordem tenham contribuído para o quase total isolamento e desconhecimento do Espírito Santo, e que essa situação não tenha se alterado de forma muito significativa nos séculos subsequentes, permanecendo ele uma capitania relativamente isolada do comércio internacional por alguns séculos, e isto até a bem pouco tempo atrás.

Como explicar, então, o paradoxo histórico de uma região que sofreu durante muito tempo de relativo isolamento e que hoje se apresenta como uma das mais bem sucedidas áreas no contacto marítimo e comercial com o exterior?

Causas muito diversas atuaram em cada momento histórico para a produção deste fenômeno e é por essa razão que se vai examinar aqui, sem nenhuma pretensão de ter esgotado o assunto, justamente o momento inicial da presença portuguesa no Brasil, e no ES, o período que vai da passagem da frota de Cabral em 1500 até à chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535, quando se inicia efetivamente a colonização da região, que só a partir de então passou a ser conhecida com a designação que possui até hoje.

### **1. A “descoberta do Espírito Santo” na historiografia capixaba dos séculos XIX e XX..**

A questão relativa aos primórdios da história do ES na era moderna, e mais especificamente, a do reconhecimento de seu litoral antes do início efetivo da colonização em 1535, como uma das chamadas “capitanias hereditárias”, tem sido abordada tradicionalmente pela historiografia capixaba, de forma muito descontínua, e sob a rubrica da “descoberta do ES”.

Em seu “Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo”, de 1858, José Marcelino Pereira de Vasconcellos, advogado, político, e intelectual, autor de uma obra pioneira sobre a história de sua “pátria”, ponderou que: “...assim como Martim Affonso de Sousa descobriu a linda bahia de Nictheroy em 1 de janeiro de 1531 e outros forão mais cedo ou mais tarde descobrindo as terras do Brasil, assim também em 1525 foi descoberto o território que formou a capitania do Espírito Santo.” (VASCONCELLOS, 1958: 8)

Uma afirmação que Vasconcellos não se preocupou, ou não teve elementos, para esclarecer com mais precisão. Tanto que no exemplar de seu livro que hoje consta da Coleção de Obras Especiais da Biblioteca da Ufes, e que pertenceu ao historiador Mario Aristides Freire, este, autor de uma obra ainda hoje de referência sobre o ES colonial, consta à lápis, logo depois da passagem mencionada anteriormente, duas interrogações feitas certamente por Mario Freire: “Como? Por quem?”. Ou seja, Mário Freire colocou exatamente as questões que Vasconcellos não teve condições de responder.

Pouco mais de três anos depois de Vasconcellos, em suas “Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo”, que foram publicadas em 1861, Braz da Costa Rubim, historiador, filho do famoso governador Francisco Rubim, elide completamente a questão levantada por Vasconcellos e inicia sua obra já mencionando a Carta de Doação de 1534, (RUBIM, 1861) o mesmo fazendo em 1878 Misael Penna em sua “História da Província do Espírito Santo”, duas décadas depois de Vasconcellos. (PENNA, 1878)

Assim, até onde foi possível saber, o único historiador que realmente abordou de forma direta e sistemática o problema mencionado, no século XIX, foi o esforçado Bazilio Daemon, jornalista, funcionário público e político, em seu livro “Província do Espírito-Santo. Sua descoberta, História Chronológica, Synopsis e Estatística”, publicado em 1879, o qual, já no “Proêmio” de sua obra concedeu atenção quase exclusiva à questão levantada antes dele por Vasconcellos, confessando que teria lido quase tudo que havia sido escrito a respeito, e que esse assunto se tornara para ele motivo de “estudo contínuo”, mas que muitas dúvidas tinham sido suscitadas em seu espírito (DAEMON, 1879: VII)

Mesmo fazendo essa ressalva precavida, logo adiante Daemon não hesitou em afirmar que “a descoberta da provincia do Espírito-Santo foi dada de 4 a 8 de julho de 1504”. (Idem, p.X) E foi justamente para justificar essa sua

afirmação, que Daemon dedicou toda a primeira parte de seu livro, que ele convenientemente intitulou “Estudos sobre a Descoberta da Província” (p. 1-47), onde basicamente justificaria sua tese com o argumento de que estando o rei Dom Manuel satisfeito com os resultados da primeira expedição de Gonçalo Coelho em 1501 teria ordenado a organização de outra frota, a qual teria partido de Lisboa a 10 de junho de 1503 com seis caravelas comandadas por Cristóvão Jacques, “para melhor verificar as novas descobertas”(DAEMON,1979:7)

Daemon admite que Americo Vesputio também teria vindo nesta frota de Jacques e que teria sido ele quem relatou “os resultados e explorações desta segunda expedição”(p.7) Entretanto, em vez de se basear nestes relatos de Vesputio para confirmar sua afirmação, (documentos a que ele certamente não teve acesso) Daemon descreveu a suposta viagem da frota de Jacques depois de passar em Porto Seguro, dizendo simplesmente que:

A 28 de Junho, depois de preparadas e providas as caravellas, mandou Cristovão Jacques levantar âncoras e fez-se com a mesma derrota de rumo de Sul, percorrendo toda a costa e tocando em muitas paragens, fazendo o reconhecimento de rios, bahias e enseadas, ficando marcos em diferentes pontos, iguaes aos dois que havia collocado na bahia da Traição e na de Todos os Santos.”. (DAEMON,1979,p.39)

Para concluir que:

Como se vê, Christóvão Jacques percorreu para o Sul toda a costa brasileira desde a Bahia da Traição, reconhecendo todos os pontos que se lhe offereção á vista, assentando marcos nos mais necessarios, para provar a possessão de Portugal, o que faz com que se reconheça ser elle o primeiro navegante que tocou nesta província.”(IDEM, p.10-11).

Depois disso Daemon descreveu pacientemente todas as outras supostas viagens ou expedições que teriam percorrido o litoral brasileiro, entre 1506 e 1535, concluindo que, ao contrário de Jacques: “Nenhum destes navegantes conheceu a costa desta província.”(IDEM,p. 11).

E assim, uma vez que:

Comquanto, como já fizemos vêr, alguns escriptores, ainda que poucos, derão como descoberta esta província no anno de 1525, e outros em 1535, o erro é tão

palpável, que nenhuma duvida pôde suscitar-se á vista das provas apresentadas, já porque no primeiro dos annos, no de 1525, ficara confirmada a não existencia de algum facto comprobatorio a essa descoberta, por já estar ella feita, como em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coitinho á sua então donataria, nada mais se necessitava a esse fim, pois que não é curial, nem se pôde suppor, que fossem marcados na carta de doação os limites da dita capitania, sem que já fosse conhecido todo o littoral desta provincia, nem que estivesse ignorada esta costa por espaço de trinta e quatro annos, contados da data da descoberta do Brazil, quando já era a trinta e um annos, como demonstrámos.”(p. 39).

Ou seja, em resumo, os passos da argumentação de Daemon foram basicamente os seguintes:

1. A suposta menção aos limites da capitania, feita na carta de doação de 1534, indicaria que a capitania já tinha sido explorada e “descoberta” antes da chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535.
2. Não existiriam provas de que essa descoberta tenha sido feita em 1525, como quereria uma parte da historiografia capixaba, especialmente o já mencionado Vasconcellos, nem em outros momentos anteriores, com uma única exceção.
3. Neste caso então, a única hipótese plausível, para Daemon, é a de que essa descoberta teria sido feita pela suposta expedição de Cristovão Jacques em 1504, uma vez que ela teria percorrido todo o litoral brasileiro e não poderia ter deixado de passar no Espírito Santo.

A historiografia capixaba do século XX pouca atenção sistemática deu ao problema, mostrando-se na maior parte das vezes cética com relação à hipótese levantada por Daemon, embora concordando com ele no que diz respeito à conclusão de que o ES teria de fato sido “descoberto” antes de sua posse por Vasco Fernandes Coutinho em 1535.

Assim, em 1934, o engenheiro, político e intelectual capixaba, mas não historiador de profissão, Ceciliano Abel de Almeida, mesmo reconhecendo o mérito de Daemon, discordou de sua conclusão, apontando a hipótese de que na verdade o ES teria sido visitado pela primeira vez antes de 1504, ou seja, em 1501. Segundo ele, teria sido a expedição comandada por André Gonçalves em 1501 a responsável pela “descoberta” do ES, a qual teria aportado e registrado dois topônimos localizados no ES: o rio de Santa

Luzia, que ele supôs ser o rio Doce, e a ilha de Santa Bárbara, na atual baía de Vitória. Esta expedição teria sido enviada pelo rei de Portugal ao Brasil antes mesmo do regresso da frota de Cabral da Índia, especificamente para reconhecer o litoral brasileiro e sendo assim concluía ele com um argumento análogo ao utilizado por Daemon:

O que se não póde, porém, facilmente admitir é que uma esquadilha de exploração, destinada a examinar atentamente a costa da terra descoberta por Pedro Álvares Cabral, houvesse velejado para o sul, até Cananéa ou até o cabo de Santa Marta, indiferente completamente, a acidentes geográficos tais como: o rio Doce, a baía do Espírito Santo com os montes que a cercam, verdadeiramente notáveis para a navegação: \_\_Mestre Alvo, Muxuára, Jucutuquara e Moreno.

Em síntese, os pontos elevados do Espírito Santo foram, primeiro, avistados por Álvares Cabral em maio de 1500 e, 19 meses depois, havendo Américo Vesputio determinado a latitude de pelo menos dous logares, \_ rio de Santa Luzia e ilha de Santa Bárbara, \_ denominados hoje rio Doce e ilha da Forca ou, talvez, do Boi. (ALMEIDA, 1934: 64-66)

Outro crítico da tese de Daemon, já no século XX, foi o diligente historiador Mário Aristides Freire, já mencionado, que acrescentou, no exemplar do livro de Daemon que lhe pertenceu, e que hoje também consta da Coleção Mário Freire da mesma Biblioteca da Ufes, à página 11, logo depois que Daemon apresentou sua hipótese sobre a suposta descoberta do ES em 1504, a observação de que se trataria de: “Mera suposição”.

Já em sua própria obra, “A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da Vida Capixaba no Tempo dos Capitães-Mores 1535-1822” (FREIRE, 1945), que foi publicada pela primeira vez, como se vê, em 1945, Mário Freire admitiria abertamente que: “Código algum, ao que sabemos, permite afirmar, com segurança quem primeiro contemplou a costa do atual Estado do Espírito Santo: ou quando atingido pela primeira vez o litoral presentemente espírito-santense.”(p.3)

Mesmo assim, e logo a seguir, Mário Freire apresentaria, com base nas “Efemérides Brasileiras” do Barão do Rio Branco, uma hipótese aparentada com a de Ceciliano Abel de Almeida, e que acabou sendo aceita amplamente, e sem muitas críticas, até hoje. Dizia ele:

Rio Branco atribui êsse descobrimento á expedição de André Gonçalves e

Américo Vespúcio: no dia consagrado á Santa Luzia teriam, em 1501, atingido a atual baía de Vitória onde desagua o Santa Maria, naquele tempo Xapinanga, nome substituído pelo da santa. Teria assim o descobrimento ocorrido dezoito annos antes que Fernão de Magalhães houvesse igualmente a 13 de dezembro chegado à Guanabara, cujo nome por idêntico motivo, mudou no de Santa Luzia. No Espírito Santo, a denominação estaria lembrada no monte e na ponta, a entrada da barra, e concorrera, talvez, para a invocação da pequena capela, restaurada ultimamente na Capital, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Velhos portulanos assinalam a referida designação ao sul dos “baixos de los pargos”, outro acidente já conhecido pelos primeiros exploradores na costa onde sucessivos nomes de santos parecem confirmar uma exploração dessa forma metódica e cronológicamente assinalada(FREIRE,1946,p.3-4).

De fato, a hipótese mencionada por Mário Freire tinha sido formulada explicitamente pelo Barão do Rio Branco, afirmando ele que em 23 de Maio de 1535:

Vasco Fernandes Coutinho tomou posse da capitania que lhe fôra doada, desembarcando com pequena expedição de imigrantes no lado meridional da baía de Santa Luzia, descoberta em 1501 por André Gonçalves e Américo Vespucci, e aí levanta um forte e as primeiras habitações da vila que denominou do Espírito Santo. A capitania ficou tendo este nome.(RIO BRANCO, 1946, p. 251).

Na verdade, porém, essa afirmação do Barão do Rio Branco, publicada num livro cuja primeira edição é do início do século XX, (1906?) parece guardar estreito parentesco com a interrogação levantada pelo Visconde de Porto Seguro, Varnhagen, em sua “História Geral do Brasil” cuja primeira edição é de 1846, e onde ele dizia que a primeira expedição enviada especificamente ao Brasil pelo rei Dom Manuel já em 1501 e da qual teria participado o italiano Américo Vespúcio, mas cujo comandante ele não declina de forma taxativa(Varnhagen sugere o nome de um certo D. Nuno Manuel), teria percorrido o litoral brasileiro no sentido norte-sul, acrescentando mais ainda que:

A esquadilha seguiu para o Sul: e o seu chefe, com o calendário na mão, foi sucessivamente baptizando as diferentes paragens da costa, designando à

posteridade o dia em que a elas aportava do modo seguinte:

A 28 de agosto no Cabo de Sto. Agostinho

“ 29 de setembro no rio de São Miguel

“ 30 do dito no rio de São Jerônimo

“ 4 de outubro no rio de São Francisco

“ 21 do dito no rio das Virgens

“ 1 de novembro na baía de Todos os Santos

“13 de dezembro no rio Santa Luzia (Rio Doce?)

“ 21 do dito no Cabo de São Tomé

“25 do dito na baía do Salvador

“ 6 do dito na Angra dos Reis

“20 do dito na ilha de São Sebastião

“22 do dito no Porto de São Vicente (VARNHAGEN, 1948, p. 95-96).

Assim, como se pôde ver, a tese do Barão do Rio Branco, ceticamente endossada por Mário Freire em 1945, (e que tinha sido defendida, com pequena alteração, também por Ceciliano Abel de Almeida em 1934, como vimos) muito se aproxima da hipótese levantada pelo Visconde de Porto Seguro já no séc. XIX, antes portanto de Daemon, no sentido de que para ambos a região do atual ES teria sido “descoberta” e nomeada já pela expedição de 1501.

E isso é, aparentemente, tudo que o que sabíamos até hoje, no ES, sobre a questão de seu descobrimento.

Em resumo, já no século XIX, o esforçado Bazilio Daemon havia notado, na esteira do então considerado maior historiador brasileiro, Francisco Adolfo de Varnhagen, que o Espírito Santo certamente teria sido abordado pelos portugueses ou outros europeus antes mesmo do início de sua colonização efetiva que se processa a partir de 1535 com a chegada de seu primeiro donatário, o controverso Vasco Fernandes Coutinho.

A hipótese era completamente plausível, sobretudo levando-se em conta a localização privilegiada do Espírito Santo, contíguo da região de Porto Seguro, local da primeira chegada dos portugueses de Cabral, e ponto de referência das expedições posteriores que demandavam o Brasil, e além disso, supostamente passagem obrigatória para aquelas navegações que iam em busca do reconhecimento da região austral. Nesse quadro, como entender que o nosso litoral tivesse ficado completamente desconhecido pelos portugueses antes de 1535?



O problema estava na ausência quase absoluta de referências a presença portuguesa ou europeia no ES antes de 1535, ou de pistas que atestassem essa passagem, e não foi por outro motivo que José Teixeira de Oliveira, historiador metódico e profissional, e geralmente bem informado, iniciou sua obra clássica sobre a “Historia do Estado Espirito Santo”, escrita já na segunda metade do séc. XX, sem discutir o problema e sequer mencionar esta possibilidade. Aventando, no entanto, diante da ausência de indicações concretas dos nomes de acidentes geográficos reais que pudessem ter balizado os limites da capitania de Vasco Coutinho, a hipótese bastante interessante de que:

Natural, naturalíssima, a ausência de dados certos e definidos. Eram decorridos apenas trinta e quatro anos do achamento da terra. Não teria sido possível às expedições portuguesas que visitaram os mares do Brasil fazerem um levantamento minucioso das setecentas e tantas léguas de costa,(2) lutando, a cada momento, com os audaciosos contrabandistas franceses.(OLIVEIRA, 1951, p. 26)(1)

Uma observação judiciosa, de vez que, como veremos a seguir, a hipótese de Teixeira de Oliveira de que as primeiras expedições portuguesas não teriam tido oportunidade de fazer um “levantamento minucioso” de grande parte de nosso litoral, incluindo aí o litoral capixaba, era amplamente justificado, mas não exatamente porque aquelas expedições estivessem ocupadas em combater os franceses.

## ***2. O reconhecimento do litoral brasileiro na historiografia recente***

Pode até ser verdade que o afastamento da frota de Cabral para Ocidente e a consequente “descoberta” do Brasil, fizesse parte de um “plano imperial da Coroa portuguesa”, de explorar a região a oeste do Atlântico Sul e encontrar finalmente o prolongamento ao sul do continente descoberto por Colombo alguns anos antes(1492), um território que pelo Tratado de Tordesilhas (1494) supostamente pertenceria ao rei de Portugal e que poderia muito bem ser aproveitado como base de apoio para as suas expedições à cobiçada Índia, uma hipótese que confirmaria o caráter “intencional” e premeditado, do que Capistrano de Abreu acertadamente designou “a descoberta sociológica do Brasil”.(COUTO, 1995: 182)

No entanto, ao que parece a expedição de Cabral apenas passou pela

nova terra, sem ter demonstrado qualquer intenção de reconhecer de forma mais abrangente o seu território, ou pelo menos o seu litoral: de Porto Seguro a armada de Cabral zarpou diretamente no rumo da África, (como comprovar isso?) eliminando-se portanto qualquer hipótese de que Cabral tenha avistado o Espírito Santo, (como queria Ceciliano Abel de Almeida), enquanto o navio comandado por Gaspar de Lemos, que regressou a Portugal para levar ao rei Dom Manuel a informação do achado, percorreu apenas o litoral brasileiro ao norte de Porto Seguro, numa grande extensão, tendo inclusive supostamente, dado nome ao cabo de São Jorge (mais tarde chamado de Santo Agostinho) no Rio Grande do Norte, um dos topônimos que apareceram no mapa de Cantino, que é de outubro de 1502 e é considerado o primeiro mapa onde aparece o Brasil. (PERES, 1943: 434)

Apesar de incipiente e superficial, esse primeiro contato teria sido suficiente para fazer germinar no espírito dos navegadores portugueses a desconfiança de que se tratava de um vasto território continental, e embora Caminha tenha concluído sua famosa carta com a expressão “deste Porto Seguro da vossa ilha de Vera Cruz”, (in: MAGALHÃES e MIRANDA, 1999: 121), sugerindo tratar-se de uma ilha, aceitamos o ponto de vista de que é muito implausível que Cabral tivesse feito retornar um dos navios de sua armada, tão criteriosamente organizada para realizar uma missão prioritária na Índia, apenas para informar ao rei da descoberta de uma ilha perdida no oceano atlântico e o nome imposto por Cabral de “Terra de Vera Cruz” liga-se mais à expressão “terra firme”, com que era costume então designar-se os continentes, do que a uma ilha, (Cf. CORTESÃO, s/d: 84); já o “pilotagem anônimo”, outro componente da expedição de Cabral, em sua “Relação” foi mais explícito quando disse que: “O terreno he grande, porém não podemos saber se era ilha ou terra firme, ainda que nos inclinamos a esta última opinião pelo seu tamanho” (in CORTESÃO, 1967: 260-298)

É provável também que a viagem de retorno de Gaspar de Lemos tenha fornecido mais elementos no sentido da confirmação da idéia de continentalidade da nova terra, porquanto presume-se que tenha navegado costeando o litoral de Porto Seguro até o atual Rio Grande do Norte, sempre relativamente à vista da terra, pois como observara Aires de Castilho há muito tempo atrás:

Como a costa corre ao mesmo rumo que o nosso correio, necessariamente devia navegar e ele tinha interesse (e provavelmente recomendações de Pedralvarez Cabral) em saber até que altura se estendia a terra para o Norte

nada he tão verossímil e natural, como avistalla elle muitas vezes athé Cabo de São Roque, se é que a não levou sempre à vista athé esta paragem; porque as aguas nesta mansão empurram para terra. Os dois indígenas, com que chegou a Portugal, segundo Barros, provam que ele aportou em alguma parte depois que sahio de Porto Seguro, visto não serem deste lugar (CASAL, 1976: 36, e também LEITE, 1923: 248/249).

Por outro lado, pergunta-se, se não teria o próprio Cabral, ao navegar em direção à África, bordejado o litoral ao ponto de reconhecer na direção sul a sua extensão aproximada? O fato é que o veneziano Domenico Pizani, transmitindo de Lisboa à Senhoria de Veneza as notícias colhidas supostamente entre os tripulantes da primeira nau da expedição de Cabral, que retornou a Lisboa em junho de 1501, a nau “Anunciada”, (justamente a nau armada pelos particulares Bartolomeu Marchioni e D. Álvaro da Costa), dizia que: “Acima do cabo da Boa Esperança, para as bandas do Sudoeste, descobriram uma terra nova, chamam-na a *terra dos papagaios*”, por serem os papagaios do tamanho dum braço e mais, dos quais viram dois. Julgam que esta terra é terra firme, pois correram pela costa 2.000 milhas e mais, e não lhe encontraram fim”) (CORTESÃO, 1967:158 e CORTESÃO, 1990:742)

Como se vê, a menção do veneziano ao julgamento de que a terra descoberta era “terra firme”, ou seja, um continente e não uma ilha, baseava-se na controversa informação de que se havia percorrido a costa em “2.000 milhas e mais”, e como supostamente o veneziano teria obtido estas informações dos primeiros pilotos da armada de Cabral que retornaram a Portugal da viagem à Índia, em junho de 1501, poderia sugerir-se a hipótese de que a própria expedição de Cabral teria feito este percurso, navegando pela costa brasileira ao sul de Porto Seguro, o que hipoteticamente teria incluído sua passagem pelo litoral do ES, como queria Ceciliano Abel de Almeida, como vimos.

À esse respeito, ponderou o douto historiador Jayme Cortesão que: “...Pisani fala claramente duma terra firme e duma extensão de costas já exploradas, superior a 2000 milhas. Muito diferentemente sabemos, pela carta de Caminha, que a porção de costa avistada pela armada de Cabral foi muitíssimo mais curta. “Esta terra, senhor, diz ele, me parece que da ponta, que mais contra o sul vimos, até outra ponta, que contra o norte vem, de que nós desta parte houvemos vista, será tamanha, que haverá nele 20 ou 25 léguas por costa”. (CORTESÃO, 1967: 158)

No entanto, julgamos que essa objeção que Cortesão fez à informação de Pisani, à partir da carta de Caminha, padece de uma deficiência grave: é que a carta de Caminha foi escrita antes do seguimento da viagem do Brasil para a Índia, excluindo-se dela, obviamente, qualquer referência aos sucessos posteriores da viagem, e invalidando-a, por conseqüência, como documento apropriado para a resolução da questão. Para este fim, melhor seria cotejar a sugestão de Pisani com as informações contidas na “Relação do piloto anônimo”, documento fundamental que contém minuciosa descrição da viagem de Cabral, depois de passar pelo Brasil. Nela, dizia o dito “piloto anônimo” que:

Nos dias que aqui estivemos, (no Brasil-EFS), determinou Pedro Álvares fazer saber ao nosso Sereníssimo Rei o descobrimento desta terra, e deixar nela dous homens condenados á morte, que trazíamos na Armada para este effeito e assim despachou hum navio que vinha em nossa conserva carregado de mantimentos, além dos doze sobreditos, o qual trouxe a ElRei as cartas em que se continha tudo quanto tínhamos visto e descoberto. (...) No outro dia, que erão dous de Maio, fizemo-nos á vela, para hir demandar o Cabo da boa Esperança, achando-nos então engolfados no mar mais de mil e duzentas léguas de quatro milhas cada huma: e aos doze do mesmo mez, seguindo o nosso caminho, nos appareceu hum cometa para as partes da Ethiopia, em uma cauda muito comprida, o qual vimos outo ou dez noutes a fio: (in: CORTESÃO, 1967: 231/232)

Um relato aparentemente preciso que não deixa margem à dúvidas: a expedição de Cabral rumou na direção da África sem qualquer preocupação em percorrer o litoral brasileiro ao sul de Porto Seguro, inviabilizando-se desta forma qualquer possibilidade de que a expedição de Cabral tivesse avistado ou sequer percorrido o litoral do Espírito Santo, como se poderia pensar. Qual seria, neste caso, o fundamento da informação do veneziano Pisani? Duas hipóteses podem ser aventadas: a primeira é a de que Pisani teria deduzido sua informação não dos relatos dos marinheiros da expedição de Cabral, como sugerido por Cortesão, e sim das informações que a esse respeito teriam circulado já com a chegada do navio de Gaspar de Lemos, navio este que teria de fato percorrido grande extensão do litoral brasileiro, mas ao norte de Porto Seguro! Essa hipótese tem contra ela o fato de que as informações trazidas por Lemos, como veremos a seguir, foram cercadas de grande sigilo. E a segunda seria uma hipótese formulada pelo mesmo

Cortesão, que ao comentar a tese de Pisani, concluiu que: “Aquela informação revela, pois, viagens e explorações anteriores daquela costa. (CORTESÃO, 1967, p.158), hipótese esta inteiramente congruente com a famosa tese levantada pelo mesmo Cortesão de que o Brasil já era de fato conhecido pelos marinheiros portugueses antes da chegada de Cabral em 1500.

De qualquer forma, pode-se mesmo assim dizer que já com a expedição de Cabral se formulou, no mínimo, a hipótese da grande extensão de nosso litoral, suficiente para o mesmo historiador Jayme Cortesão conjecturar, meio patrioticamente, “ que o conceito de Novo Mundo foi inicialmente formulado, não por Vespúcio, mas pelos tripulantes da armada de Cabral, e encontrou em Caminha o seu primeiro e elevado intérprete. (CORTESÃO, s/d: 84)

Da mesma forma, existem evidências de que as primeiras notícias do descobrimento do Brasil criaram no ânimo do rei português, o visionário Dom Manuel I, forte disposição para ele acreditar que se tratava de um território estrategicamente importante, por suas potencialidades aparentes e também por suas supostas dimensões, ao contrário, inclusive, do que boa parte da historiografia até aqui tem sugerido no sentido de que teria havido um grande descaso inicial pelo Brasil. Uma destas evidências é justamente a atitude sigilosa que o rei aparentemente teria conseguido determinar em torno do acontecimento, atitude que parece estar na origem inclusive do desaparecimento de grande parte dos documentos relativos ao fato, tanto que, de Gaspar de Lemos e de seu navio, poucas notícias sobraram, além de ter desaparecido quase toda a correspondência que ele levava para Lisboa, com a quase única exceção da famosa carta de Caminha, para nossa sorte. Outra evidência é o fato de que ao contrário do que acontecera com a viagem de Vasco da Gama à Índia, que Dom Manuel apressou-se em comunicar aos reis espanhóis, no caso do Brasil, somente em agosto de 1501, após o retorno da expedição de Cabral, é que o rei participará e divulgará o sucesso, conferindo-lhe, no entanto, na carta em que o fez, pouca importância, justamente numa atitude estratégica que visava antes de mais nada evitar qualquer atrito com os soberanos espanhóis em virtude do Tratado de Tordesilhas. (Cf. MAGALHÃES, J. R e MIRANDA, S.M, 1999)

O mais relevante nisso tudo ainda é que o rei tratou de organizar uma expedição de reconhecimento que fizesse um levantamento minucioso da nova terra e eventualmente de suas potencialidades econômicas: a expedição de 1501, cujo comando até hoje é discutido pela historiografia.

Partindo de Lisboa em maio de 1501, portanto antes do retorno da expedição de Cabral, que só ocorreu no mês seguinte, desta expedição

participava o célebre florentino Américo Vespúcio, o qual já havia participado de outras viagens à América, mas a serviço da Espanha, e é a ele que devemos os únicos relatos concretos da referida viagem, em que pese o caráter duvidoso e controverso de suas descrições. (Cf. GUEDES, 1970: 184). Na verdade, Vespúcio, em seu relato, não chega a mencionar o nome do comandante da armada de que participava como figura importante.

Esta lacuna, relativa ao comando da expedição, é a causa de uma polêmica que se estende desde muito tempo atrás até hoje, e algumas das contribuições mais recentes a esse respeito continuam a apontar para o nome do fidalgo português Gonçalo Coelho. Segundo os defensores desta hipótese, isto é o que ficamos sabendo através de um documento cartográfico de 1504, o mapa de Maggiolo. Neste, lê-se bem claramente sobre o território brasileiro a legenda “Terra de Gonsalvo Coigo vocatur Santa Croxé”, sendo Coigo a deturpação genovesa de Coelho, e como o mapa teria sido supostamente elaborado antes do retorno da segunda viagem do mesmo Gonçalo Coelho ao Brasil em 1503/4, concluem os especialistas que a designação só poderia derivar do nome do comandante da primeira expedição, que teria sido o mencionado Gonçalo Coelho e não André Gonçalves como acreditaram durante muito tempo inclusive os historiadores capixabas antes mencionados, na esteira de Rio Branco. Segundo o comandante Max Justo Guedes, neste caso baseando-se por sua vez em trabalho escrito pelo cartógrafo português Teixeira da Mota, em 1964, essa hipótese do comando ter sido entregue a Gonçalo Coelho (pai de Duarte Coelho, o futuro donatário da capitania de Pernambuco) se justifica, uma vez que o mapa de Maggiolo é datado de 8 de junho de 1504 sendo que em fevereiro deste mesmo ano Gonçalo Coelho ainda se encontraria no Brasil comandando justamente a segunda expedição de reconhecimento, motivo pelo qual os dois historiadores estão de acordo em pensar que a homenagem de Maggiolo à Coelho não poderia estar referida a esta segunda viagem mas à primeira, que neste caso teria sido comandada pelo mesmo Coelho. Essa é, enfim, apenas uma hipótese, porque de fato não existe evidência inquestionável para a sua comprovação. (Cf. GUEDES, 1970, p. 184) Aliás o próprio Guedes parece se contradizer a esse respeito, conforme veremos logo a seguir.

Mais recentemente o historiador Moacyr Soares Pereira apresentou argumentos contrariando a hipótese levantada pelo português Teixeira da Motta, e endossada por Max Guedes, a partir da citada interpretação da inscrição contida no Mapa de Maggiolo, para isso apontando duas objeções fundamentais. A primeira lembra o conteúdo dos relatos dos cronistas

quincentistas, e os do século seguinte, a respeito da navegação de 1503, esta sim confirmadamente comandada por Gonçalo Coelho. Estes relatos eram aparentemente unânimes em explicar os maus sucessos da expedição de 1503 atribuindo-os à falta de informação que se tinha sobre a nova terra e à inexperiência de seus pilotos. Neste caso, conclui o mesmo Pereira, se faltava experiência e informação a Gonçalo Coelho em 1503, conforme atestam os cronistas mencionados, “inadmissível será conferir-lhe naqueles litorais comando anterior”.(PEREIRA, 1984: 156)

A segunda linha de argumentação do mesmo Pereira contra a hipótese “Gonçalo Coelho”, é mais problemática ainda e baseia-se nas próprias cartas de Vespúcio relativas às duas expedições de que participara. Nota Pereira que a descrição e a opinião de Vespúcio a respeito dos dois comandantes das duas expedições, a de 1501 e a de 1503, é sensivelmente diversa em cada caso, donde ele conclui que elas não poderiam referir-se a mesma pessoa.(IDEM, p. 157) Uma observação absolutamente questionável, como se pode ver numa leitura das cartas de Vespúccio, as quais mostram justamente o contrário disso, ou seja, que de fato Vespúcio parece falar da mesma pessoa ao referir-se aos comandantes das duas expedições.(VESPÚCIO,1984)

Retificando-o em parte, Pereira adotará o ponto de vista do único cronista do princípio do século XVI que se refere explicitamente ao nome do comandante da expedição de 1501, o célebre Gaspar Corrêa e sua “Lendas da Índia”, onde se diz que este comando fora entregue à André Gonçalves, informação adotada como verdadeira por inúmeros historiadores posteriores, incluindo os brasileiros Capistrano de Abreu e o Barão do Rio Branco e na esteira deles alguns dos historiadores capixabas antes mencionados, como vimos. Diante da obscuridade do nome de André Gonçalves, do qual não se encontra outras referências, Pereira chegou a conclusão que se tratava de fato do conhecido navegador Afonso Gonçalves, “piloto da Índia e comandante de uma caravela de Cabral, a que retornou ao reino de Porto Seguro, o capitão-mor da armada manuelina de 1501”(PEREIRA, 1984, p.162/163). Uma hipótese, esta de Pereira, rigorosamente polêmica, de vez que contraria abertamente uma boa parte da historiografia, que sempre considerou como certo que o comando da nau que retornou a Portugal em 1500, de Porto Seguro, pertenceu a Gaspar de Lemos. De qualquer forma, esta é uma polêmica que em nada afeta o núcleo de nossa discussão.(2)

De fato, a partir do fim do século XVI, nota ainda o comandante Max Justo Guedes, atualizado historiador destas questões, começa a surgir o

nome do próprio Vespúcio como comandante da viagem de 1501, uma hipótese que Guedes considera completamente improvável, tendo em vista que o cabotino Vespúcio “não se furtaria a fazer referência a este cargo, se o houvesse exercido”.(GUEDES, 1970: 184) O que não exclui, no entanto, a hipótese de que o italiano tenha exercido de fato um papel muito importante nesta mesma expedição, e não apenas o mero papel de agente comercial, como se pode ver pelo próprio conteúdo das observações que ele fez sobre a viagem.

O referido relato da viagem, feito na carta “Mundus Novus” por Vespúcio, se por um lado deixa claro que foi esta a expedição que afirmou definitivamente a continentalidade da nova terra, uma vez que Vespúcio afirma taxativamente que a expedição chegou a uma terra que “soubemos não ser ilha mas continente, porque em longuíssimas praias se estende não circundantes a ela e de infinitos habitantes era repleta.”,(VESPÚCIO, 1984, 91-92) por outro lado, infelizmente para nós ela deixa muito a desejar quanto aos locais visitados por esta primeira expedição de reconhecimento. Na “Lettera”, outra carta na qual Vespúcio também descreve esta viagem, diz ele que:

Partimos desse lugar, e começamos nossa navegação entre levante e siroco, e assim se percorria a terra: e fizemos muitas escalas e jamais encontramos gente que com eles nós quiséssemos conversar; e assim navegamos tanto, que descobrimos que a terra fazia a volta para o sudeste; e depois que tínhamos dobrado um Cabo, ao qual pusemos nome de Santo Agostinho, começamos a navegar para sudeste, e dista este Cabo da antes mencionada terra, que vimos onde mataram os Cristãos 140 léguas para levante; e está este Cabo oito graus fora da linha equinocial para o austro.(...) Percorremos desta costa ao pé de 750 léguas; 150 do Cabo dito de Santo Agostinho para o poente, e 600 para o sudeste; e querendo contar as coisas que nessa costa vi, e aquilo que passamos, não me bastariam outras tantas folhas; e nessa costa não vimos coisa de proveito, exceto uma infinidade de árvores de pau-brasil e de cássia, e daquelas que geram a mirra, e outras maravilhas da natureza, que não se podem contar; e já tendo estado na viagem bem dez meses, e visto que nessa terra não encontrávamos coisa de minério algum, acordamos nos despedirmos dela, e irmos cometer o mar noutra parte. (VESPÚCIO, 1984:128-129)

Um relato do qual se deduz facilmente que a primeira expedição de reconhecimento do litoral brasileiro, percorreu desde o atual Rio Grande do Norte até pelo menos o litoral do atual estado de São Paulo(Cananéa?),



passando evidentemente ao largo do litoral do atual Espírito Santo, mas infelizmente, no entanto, Vespúcio em poucas linhas passa do início para o fim de seu périplo sem mencionar qualquer característica, descrição ou nome dos locais aportados e por essa razão quase nada ficamos sabendo a esse respeito, embora se possa conjecturar que outros relatos tenham sido feitos e que destes tenham tido conhecimento as autoridades portuguesas que evidentemente tinham pouco interesse em divulga-los, e é por isso que a melhor fonte para o conhecimento deste tema continua sendo a cartografia da época que chegou até nós, mais exatamente a partir do célebre Planisfério de Cantino, tido pelos especialistas como o primeiro mapa em que aparece o Brasil.(3)

A primeira aterragem da expedição supostamente comandada por Gonçalo Coelho foi, como já se disse, no litoral do atual Rio Grande do Norte, e a partir deste, conforme Guedes, “a viagem pode ser acompanhada pela toponímia que criou, logo registrada na cartografia da época, e cujos reflexos chegaram aos nossos dias através dos mapas de Cavério, Kunstmann II, Maggiolo 1504 e Waldseemuler, 1507.”(GUEDES, 1970:188).

O primeiro destes mapas é o célebre mapa dito de Cantino. Não sabemos, na verdade, quem foi o seu autor, e a designação com que ficou conhecido refere-se ao nome do agente italiano, Alberto Cantino, que o contrabandeou de Portugal para a Itália para o Duque de Ferrara, exatamente em outubro de 1502, momento em que já havia retornado a expedição enviada ao Brasil e cujos resultados puderam ser aparentemente incorporados no referido mapa e por essa razão, segundo Duarte Leite, “nenhum outro anterior existe onde estejam assinalados os maravilhosos descobrimentos portugueses e espanhóis, que transmudaram completamente o conceito medieval do globo terráqueo.” (LEITE, 1923: 226)

É importante chamar a atenção para a importância desta fonte sobretudo tendo em vista que o rei de Portugal determinara em 1501 a pena de morte para quem fornecesse cartas de marear completas para o estrangeiro.(Idem, p. 227) O exemplar que nos ficou é portanto não apenas um dos mais antigos espécimens existentes, mas é também o mais importante mapa para o estudo da história da geografia moderna. Como foi dito anteriormente, não sabemos quem foi o seu autor, mas não é difícil presumir, pelo grau de conhecimentos que ele revela, que seu autor desempenhava funções oficiais no governo português, provavelmente no Armazém da Guiné e Índia, onde se elaboravam e guardavam as cobiçadas cartas náuticas. Ele registra as últimas informações sobre os descobrimentos portugueses sendo a sua primeira representação

cartográfica, e um dado muito importante a seu respeito é que antes de ser enviado para a Itália pelo espião que o adquiriu a peso de ouro foi evidentemente corrigido e alterado, tendo sido feitas alterações através da adição de um pedaço de pergaminho, no qual se deslocava a costa brasileira mais para oriente a fim de impedir que se pensasse que a costa brasileira pertencia à coroa de Castela, falsificação que iria prevalecer nos mapas portugueses desta época até pelo menos a realização da primeira exploração espanhola com este fim, que se deu por volta de 1515. (COUTO, 1995:191)

No planisfério original de Cantino, inicialmente, apenas dois topônimos foram mencionados no Brasil continental : o Cabo de São Jorge, ao norte, na altura do Rio Grande do Norte, (nome dado provavelmente por Gaspar de Lemos) e Porto Seguro, (local onde aportara Cabral), o que, segundo conclui acertadamente Duarte Leite, traduzia o conhecimento que se tinha do Brasil antes do regresso da expedição de 1501, donde se conclui que as adições que foram feitas logo depois correspondiam aos resultados da referida expedição. Na emenda, foram acrescentados depois do primeiro, o “Cabo de São Jorge”, os seguintes nomes: “san miguel”, “rio de sã franco”, “abaia de todos os sanctos”, e, logo depois de “Porto Seguro”, o de “rio de brasil” e bem mais ao sul o “cabo de sancta marta”, permanecendo ainda a referência à ilha de “Quaresma”, depois denominada de Fernão de Noronha localizada à leste do Cabo de São Jorge, ilha que provavelmente tinha sido descoberta por João da Nova na terceira expedição á Índia.

Nos outros mapas mencionados, supostamente elaborados também com informações provenientes desta primeira viagem, foi acrescentado o topônimo “Rio de sta Lucia”, que teria sido visitado em 13 de dezembro de 1501, além dos topônimos “bareras vermeia”, “barossa”, “monte de pasqual”, logo abaixo do “rio de Brasil”, todos eles topônimos localizados entre Porto Seguro e o rio de Santa Lucia, informações estas que podem ser confirmadas nas transcrições feitas nos quadros organizados por Guedes e Cortesão e que reproduzimos a seguir.(4)

Estas fontes cartográficas nos permitem concluir finalmente que a expedição de 1501 chegou ao Brasil no litoral do Rio Grande do Norte em 16 de agosto (atual Cabo de Santo Agostinho), percorreu em seguida o litoral nordestino, tendo batizado ainda o rio de São Miguel, (29 de setembro logo abaixo da atual Maceió, em Alagoas,) o rio de São Francisco (4 de outubro), a Bahia de Todos os Santos (01 de novembro), o rio de Santa Luzia ou Santa Lúcia (13 de dezembro), a serra de São Tomé (21 de dezembro), Cabo Frio, a baía dos Reis (Angra) (06 de janeiro), o porto de

São Vicente (22 de janeiro) e o rio de Cananor(Cananéia?) 29 de fevereiro. A partir de março de 1502 a frota de três caravelas afastou-se do litoral, navegou provavelmente mais para o sul de onde iniciou o seu regresso tendo chegado a Lisboa em junho de 1502. (Cf. CARVALHO, 1992: 80).

O que mais nos interessa aqui, é salientar que de Porto Seguro, área já descoberta e batizada por Cabral, a expedição partiu para o sul navegando por águas supostamente jamais sulcadas por navios de Portugal ou de qualquer outra nação européia. Cerca de cem milhas adiante os navios depararam-se com os Abrolhos (Abra os olhos marinheiros!) designação pitoresca mas apropriada para um conjunto de recifes de formação coralífera e de pequenas ilhas (Sta. Bárbara é a maior delas) que se estendem por uma extensão norte-sul e leste-oeste de cerca de vinte léguas e que tornam a viagem nesta área extremamente perigosa. Logo depois de transpor os primeiros recifes, chamados atualmente de Itacolomis, a frota teria fundeado no rio que foi denominado de Santa Lúcia, por aí chegarem em 13 de dezembro, dia consagrado a esta santa. Segundo o historiador Moacyr Pereira, em estudo recente sobre o assunto:

É o “Rio de sta. Lucia”, no Cavério. Nesta carta, como em Kunstmann II e no Maggiolo 1504, o rio aparece com um largo estuário projetando-se da costa e bordado de ilhas por fora, que representam o Arquipélago dos Abrolhos e seus arrecifes, demonstrando a importância que os nautas lhe atribuíram. Não pode haver dúvida sobre a sua identificação. O rio chamou-se depois “Rio das Caravelas”, como figura no Atlas de Lázaro Luís de 1563, e persiste até hoje.(PEREIRA, 1984:269)

Assim, na descrição do mesmo Pereira, logo depois das Caravelas, “estendia-se diante dos mareantes o formidável dédalo dos Abrolhos, a formação coralífera constituída pelos parcéis das Paredes, da Coroa Vermelha, das Timbebas, dos Abrolhos propriamente ditos, com cinco ilhas, a maior das quais é a Santa Bárbara e vários recifes menores...Os bancos ocupam uma extensão norte-sul de dezoito a vinte léguas, e leste-oeste outras tantas, pelo menos.”(IDEM, 267/269)

Percebendo o extremo perigo que corriam os navios se lançados neste mar desconhecido, seus pilotos teriam decidido contornar todo o complexo, velejando para alto mar até poderem retomar o rumo do sul, dessa forma voltando à terra somente muito mais ao sul, já na “Serra de São Tomé”, na região do atual Cabo Frio. Essa manobra explicaria o hiato que se observa

nos mapas antigos entre o “Rio de Santa Lúcia” e a “Serra de São Tomé”.

Como se pode ver nos quadros em anexo, o hiato que se observa em todos os mapas mais antigos (Cantino, Caverio, Kunstmann, Maggiolo etc) entre o último topônimo mencionado na região, o Rio de Santa Lucia (ou Sta. Luzia) atual rio das Caravelas, (e que Varnhagen pensou que fosse o Rio Doce, induzindo a historiografia capixaba a esse mesmo equívoco) e em cuja entrada situa-se a Ponta da Baleia, e a Serra de São Tomé, já próxima do Cabo Frio, sugere que realmente já os pilotos desta primeira expedição de reconhecimento, incluindo os pilotos das demais expedições, decidiram contornar todo o complexo “velejando para o alto mar até poderem retomar o rumo sul, fazendo depois a aproximação da terra, a sudoeste.”(PEREIRA, 1984, p..268) Segundo também Max Justo Guedes, reconhecido internacionalmente como um dos melhores especialistas no assunto, referindo-se a esta expedição de 1501, verifica-se que “os trechos melhor reconhecidos foram os das proximidades do rio S. Francisco, Baía de Todos os Santos, Porto Seguro e São Tomé-Cananea, onde foi concluído o percurso costeiro, segundo procuraremos demonstrar”(GUEDES, 1970, pg 257)

e que:

Logo ao sul dele (do Monte Pasqual-EFS), vê-se claramente um primitivo delineamento da “p. Da baleia”, com os Abrolhos ao largo. (...) Segue-se um longo trecho sem toponímia, indicativo de um afastamento proposital do litoral\_\_aconselhado depois por todos os roteiristas\_\_de modo a ultrapassar, por fora, os perigosos parcéis de Paredes e Abrolhos. Com boa margem de segurança, o contacto com o litoral, isto é a aterragem, só foi feita em São Tomé (22º sul). (GUEDES, 1970, p.188)

Fica claro assim que, e é esse o ponto que mais nos interessa, por uma questão de segurança na viagem, para poder contornar os perigosos recifes dos Abrolhos, os navegantes teriam efetuado um longo desvio e afastamento da costa, só voltando a ter contato com terra próximo da região de Cabo Frio, excluindo portanto de seu contato direto uma parte significativa do litoral brasileiro, entre os Abrolhos e Cabo Frio, justamente o trecho que, na sua maior parte, corresponde ao atual litoral do Espírito Santo, o que explica o seu tardio reconhecimento e a ausência de referências cartográficas a qualquer topônimo na região, pelo menos até uma certa época. Estaria assim explicado o relativo esquecimento desta parte do litoral brasileiro nos primeiros tempos.

Apesar dessa lacuna, fonte provável do imbroglio que confundiu nossa historiografia capixaba até hoje, é inquestionável que foi a primeira expedição de 1501 que reconheceu de forma cabal a continentalidade da terra nova e que reconheceu ainda que o pau-brasil era aparentemente a única riqueza imediatamente explorável por Portugal, o que em contrapartida explica a celeridade com que o rei Dom Manuel celebrou contrato com o cristão-novo Fernão de Noronha arrendando a ele a exploração desta riqueza brasileira inicialmente por três anos. Segundo carta de Piero Rondinelli, de 3 de outubro de 1502 foi a Terra de Santa Cruz arrendada pelo rei, sendo o arrendatário obrigado a “mandar todos os anos seis navios que deveriam descobrir cada ano 300 léguas de litoral e construir uma fortaleza. (GUEDES, 1970: 263) e sendo assim torna-se plausível a hipótese levantada pelo grande historiador português Jaime Cortesão, muitas vezes citado aqui, mas mencionada por Guedes, de que logo após o regresso da expedição de Gonçalo Coelho, teria sido organizada pelo arrendatário Fernão de Noronha uma nova expedição ao Brasil, da qual entretanto pouquíssimas referências existem além da redescoberta da ilha que no mapa de Cantino figurava como o nome de “Quaresma” e que por diploma de 10 de janeiro de 1504 era doada ao próprio Fernão de Noronha, cujo nome passaria desde então a designá-la. Segundo o mesmo Guedes:

Cremos, pois que a frota seguiu o percurso normal até Cabo Verde, cruzou o Atlântico, passou por Fernando Noronha e, aterrando na chamada “costa leste-oeste”, próximo ao cabo São Roque, foi concluir sua navegação nas imediações de Porto Seguro(actual Baía Cabrália). (GUEDES, 1970, p.264)

Ou seja, não tendo atingido também esta expedição de Fernão de Noronha, o litoral do Espírito Santo.

Existem indicações mais ou menos seguras de que na seqüência da expedição de Noronha teria sido organizada uma outra expedição sob o comando, agora sim, quase sem nenhuma dúvida, de Gonçalo Coelho, a qual teria partido de Lisboa, segundo um cronista da época, Damião de Góes, em junho de 1503, com seis naus. O relato do cronista coincide em linhas gerais com a descrição desta nova viagem pelo próprio Vesúcio que dela teria novamente participado e da qual deixou registro na sua famosa Lettera(quarta viagem). Segundo Guedes, desta expedição, porém, o registro mais positivo que nos resta, e que nos interessa particularmente está no Mapa de Maggiolo que é de 1504, o qual menciona no Atlântico Sul, a ilha

de “santa trindade” em legenda que afirma ter ela sido descoberta pelo rei de Portugal em outubro de 1503, estando assim descoberta a nossa ilha da Trindade, feito que pode ser considerado a primeira descoberta notificada do atual território do Espírito Santo, uma vez que a ele pertence atualmente a referida ilha. (GUEDES, 1970, p.198).

Tendo sofrido um acidente nas proximidades de Fernando de Noronha onde naufragou a nau capitânia, o resto da frota separou-se, tendo Vespúcio dirigido-se à Baía de Todos os Santos e, conforme o mesmo Guedes:

Havendo aguardado (ali) dois meses e quatro dias pelo restante da frota acordaram os dois capitães em percorrer o litoral em direção ao sul. Detiveram-se num porto cujas coordenadas mencionadas na Lettera são totalmente contraditórias e não permitem identificação. Varnhagen identificou-o com o Cabo Frio, por ser conhecida a existência de uma feitoria neste local em 1511. Aí demoraram-se cinco meses; ergueram uma “fortaleza” onde deixaram 20 homens (...) retornando a Portugal, onde chegaram aos 18 de junho de 1504. Sobre o restante da frota, só conhecemos a passagem (e descobrimento) pela Trindade no mês de Outubro, muito plausivelmente por virem muito abertos na ultrapassagem dos Abrolhos, uma vez que não seria crível que já estivessem de regresso dois meses após a chegada a Fernando de Noronha (GUEDES, 1970, p. 200)

Aqui, mais uma vez, teríamos os Abrolhos determinando fatos da história de nossa terra, desta vez condicionando a descoberta da ilha da Trindade em outubro de 1503, por virem os navios, “muito abertos na ultrapassagem dos Abrolhos”.

O problema desta interpretação de Guedes, afirmando que a descoberta da Ilha da Trindade teria sido feita pela expedição comandada por Gonçalo Coelho em 1503 é que ela contradiz-se com a própria dedução que ele mesmo havia endossado de que para a elaboração do mapa de Maggiolo de 1504 não se conheciam ainda os resultados da expedição desta segunda expedição de Coelho, como vimos anteriormente. Neste caso então restaria a hipótese de que esta descoberta tivesse sido feita numa viagem anterior obviamente. O Maggiolo é datado de 8 de junho de 1504 mas as duas naus da expedição de Coelho onde estava Vespúcio só retornaram a 18 de junho de 1504, uma semana depois, mas é sabido que esta segunda expedição de Coelho teria sido seccionada em dois grupos de navios logo após sua passagem pela ilha de Fernão de Noronha, o que ensejou a hipótese

recentemente defendida pelo historiador português Felipe Carvalho de que: “Terá cabido aos outros navios da frota o descobrimento da Ilha da Trindade, em Outubro. É provável que ao menos uma das embarcações integrantes desta expedição haja regressado a Lisboa antes de Vespúcio, visto que na “Lettera” se declara que em Portugal já eram dados como perdidos o florentino e os que com ele vieram.”(CARVALHO,1992:85) Uma hipótese que contraria a tese tradicional de que a Trindade teria sido descoberta pela expedição à Índia comandada por João da Nova em 1501.

Ao lado da cartografia, os relatos de viagens constituem outra importante e preciosa fonte para o estudo das navegações que percorreram e reconheceram o litoral brasileiro nos primeiros tempos, e neste caso importa verificar se estes relatos confirmam aquilo que a cartografia da época revela.

Assim, já no “Esmeraldo de situ orbis”, livro controverso e por muitos utilizado até hoje para provar que o Brasil havia sido descoberto antes de Cabral pelos mesmos portugueses, atribuindo-se-lhe para isso a data de 1498, mas que muito provavelmente é de 1505, e refletia os conhecimentos adquiridos até esta data, portanto aqueles derivados das primeiras expedições, seu autor, o famoso cosmógrafo português Duarte Pacheco Pereira, que acompanhou Cabral em sua expedição à Índia em 1500, nota-se, na parte em que ele fala dos “graus da ladeza que se estes lugares da terra do Brasil d’além do mar oceano apartam da linha equinocial, em ladeza, contra o pólo antártico” que aí também, entre a ilha de Santa Bárbara, nos Abrolhos, que ele localiza erradamente em 20° e 20’ e o rio dos Arrefens (perto de Cabo Frio) a que ele atribui 24° e 40’, existe um hiato de quatro graus sem mencionar-se nenhuma latitude, área que corresponde justamente à do atual Espírito Santo.( PEREIRA,1988:36/37).

Aliás, este erro na apresentação das latitudes do litoral brasileiro, fonte de grande confusão para a historiografia posterior, teria se tornado comum nos documentos da época. Para Guedes, “o elemento gerador de confusão, pensamos, foi o protótipo que serviu à elaboração de mapas do tipo Cravério: o detido exame que este mapa registra nos mostra que já na “baie de tuti li santi”, a latitude apresenta um erro de aproximadamente 4°, pois o cartógrafo genovês coloca-a em 17° S. O “mont-passqual”(16° 53’ S) é colocado em 22°30’ S, erro de 5°30’.”(GUEDES,1970:188)

Da mesma forma, no “Livro da Nao Bretoa que vay para a Terra do Brazyl”, que relata a viagem da nau Bretoa, enviada ao Brasil em 1511, registra-se que: “aos 17 dias de abril em quinta feira de trevas chegamos a baia de todos os santos, a 12 dias do mês de maio em segunda feira partimos

para Cabo Frio, e aos 22 do mês de maio em segunda feira achegamos ao porto do cabo frio.”.(FERNANDES, 1867,p.97/98,)

Atestanto-se assim, nessa passagem, que naquelas alturas(1511) já se tornara costumeira uma rota de navegação que sistematicamente desviava-se do nosso litoral nos Abrolhos para aterrar somente nas proximidades de Cabo Frio, cuja feitoria o transformara em verdadeiro “porto”.

Em 1514, João de Lisboa, experimentado navegante português concluiu o seu “Livro de Marinharia e Tratado da Agulha de Marear”, onde relacionava as “Alturas da Costa do Brasil” com as seguintes indicações:

“Porto Seguro –	17 + 2/3°
“o Rio de são Jorge	18°
“o Rio de samta luzia	19 + 2/3°
“A Ilha de satã bárbara	20 +2/3°
“os baixos dos pargos	21°
“A baya do salvador	22°
“o cabo frio	25°

(LISBOA, 1903:89)

Onde se pode notar, em que pese os já tradicionais erros de latitude, que entre o Rio de Santa Luzia (ou Santa Lúcia) e a ilha de Santa Bárbara, nas proximidades dos Abrolhos, e o Cabo Frio já apareciam dois novos topônimos, a “baía do salvador” que certamente corresponde à região da atual cidade de Campos, e os “baixos dos pargos”, o primeiro topônimo localizado em território do atual Espírito Santo, entre o atual rio Itapemirim e o rio Itabapoana.

Dois anos depois da viagem da “Nao Bretoa”, em 1513, a caravela de Rodrigo Álvares, Estêvão Fróis e outros iniciou o reconhecimento do litoral para o norte do Rio Grande do Norte, e pouco depois o português João Dias de Solis, a serviço da Espanha, empreendeu viagem a partir do Cabo de Santo Agostinho, que ele situa em 6 graus sul, passando pelo Cabo Frio e Rio de Janeiro e, segundo Guedes, também esta expedição de Solis, depois de ter atingido o cabo de Santo Agostinho em 8° aterrou em Cabo Frio, fazendo portanto um percurso tradicional em que o litoral do Espírito Santo não era abordado diretamente.(GUEDES,1972:.11)

Esta viagem espanhola provocou o alarme da coroa portuguesa, que em consequência incumbiu Cristóvão Jacques, fidalgo da casa de Dom Manuel, (o mesmo a quem Daemon atribuíra equivocadamente o comando da



expedição de 1504 e a descoberta do ES), a missão de policiar a costa brasileira, inclusive contra os corsários franceses, que se faziam frequentes em nosso litoral(5) o qual, entre os anos de 1516 e 1519 navegou ao longo da costa brasileira, instituindo-se dessa forma a chamada “Capitania do mar”, e que resultou, segundo Guedes, no envio de quatro ou cinco expedições ao Brasil.(Cf.. GUEDES,1972, p. 13) que tiveram como consequência, segundo o mesmo Guedes, um notável incremento dos conhecimentos geográficos refletido na cartografia de Lopo Homem e Reinéis de 1519.(GUEDES, 1972: 13)

### *E o litoral Espírito Santo ?*

Em 1519, em sua “Suma Geografica”, uma das primeiras publicações deste gênero no mundo, o espanhol Martim Fernandez de Enciso fazia ainda uma descrição que embora mencionasse o “cabo dos baixos”, que certamente correspondia ao já mencionado “baixo dos pargos”, no sul do atual Espírito Santo, ainda descrevia a região como sendo uma área dominada por “arracifes y baxos” diferenciando aqueles mais próximos de terra(certamente os Abrolhos) daqueles outros mais profundos e menos perigosos. Dizia ele:

Desde puerto seguro al cabo que esta adelãte de golfo fermoso, ay ciento e diez leguas, y va la costa a la media partida del sur y del sudueste. Entre estos dos es la costa arracifes y baxos, que entra en la mar veinte y treinta leguas pera paçãdo los arracifes que estã cerca de tierra todos los otros baxos tienen a tres y a quatro braças de fundo. A cerca del cabo de los baxos está el golfo de Sancto Tome y a cerca del comienzo esta el delas barrosas. Passados los primeros arrecifes esta el Cabo fermoso en XXII grados y medio. Passado cabo fermoso se haze un golfo entre dos tierras que tenna una legua de latitud y tres o quatro de longitud. (ENCISO,1948:47)

Se a região ainda era descrita assim em 1519, claramente como uma região de navegação difícil e perigosa, não é de admirar-se o lento progresso na menção de topônimos conhecidos nela localizados.

A cartografia da época também refletiu este avanço muito lento no conhecimento efetivo do nosso litoral e no Atlas de Reinel, que é de 1522, entre a baía de Santa Luzia( que como já vimos correspondia supostamente ao Rio das Caravelas) e o Cabo de Santo Thomé, na região de Cabo Frio, ao sul, região compreendida no hiato de que estamos falando, aparecem

agora dois topônimos, sendo que um deles, já nosso conhecido certamente corresponde ao território costeiro do futuro Esp. Santo: os “bayxos de pargos” e o outro, o “cabo de sam johã”, próximo dos Abrolhos.

Ainda em 1530, o “Diário da Navegação”, de Pero Lopes de Sousa, relata a famosa expedição dirigida por Martim Afonso de Sousa em 1530, marco da colonização e da exploração do Brasil, descrevendo sua passagem pelas águas do mar capixaba em termos nada lisonjeiros, tendo em vista os perigos que a armada teve que enfrentar por causa dos Abrolhos, ou seja, reproduzia a já antiga prática de navegar por fora dos Abrolhos aterrando em São Tomé (Cabo Frio). Tendo saído de Salvador a 27 de março de 1530, dizia o cronista Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso de Sousa e seu companheiro na famosa navegação que:

*...partimos desta baía com o vento leste, contra opinião de todos os pilotos, qual era que não podíamos dobrar os baixos de Abrolho (grifos meus) e que a monção dos ventos suestes começava desde meado Fevereiro até Agosto que em nenhuma maneira podíamos passar e que era por de mais andar lavrando o mar.(SOUSA, 1989, p.99)*

E de fato, depois de uma série de percalços, quase um mês depois, Pero Lopes de Souza registrou que:

*Quinta-feira, 21 de abril, ao meio dia, tomei o sol em 19 graus menos um terço fazia-me de terra 20 léguas. O vento se nos fez leste e com ele fazíamos caminho do sul, com todas as velas. De noite se fez o vento lês-nordeste e com as bolinas largas fazíamos o dito caminho, levando resguardo, que cada relógio sondávamos, porque todos os pilotos se faziam ir por riba dos baixos de Abrolho, (grifos meus) que lançam no mar 30 léguas e o começo deles está em altura de 19 graus.(SOUSA, 1989, p.101)*

Uma descrição que não deixa dúvida de que ainda em 1530, trinta anos depois de Cabral, o reconhecimento do litoral capixaba continuava prejudicado pelas dificuldades associadas à ultrapassagem dos Abrolhos.

Mesmo assim, as evidências cartográficas indicam que este reconhecimento estava se processando, tanto que em 1534, um ano antes da chegada do donatário Vasco Coutinho, portanto, o mapa de Gaspar Viegas já trazia entre o Cabo de São Tomé e a “pta delgada”, na região de Port Seguro, ou seja, no já referido hiato, quatro topônimos provavelmente

“capixabas”, a saber: “Costa cuja”, “baixo dos parquetes”, “as ilhetas” e “b. do pcel”, pontos hoje de difícil localização, (uma vez que estes topônimos não teriam sobrevivido ao início da colonização) como se pode ver no quadro abaixo.

Um outro marco na cartografia do Espírito Santo foi efetivamente o mapa de Jorge Reinel de Florença que é certamente posterior á 1535, pois já trazia a menção do “Rio de Sto Espirito”, além do “tauari”, provavelmente Guarapari, do “Rio sem agua”, que é provavelmente o Riacho, e o “Rio Doce”, portanto quatro topônimos já atuais do Espírito Santo, refletindo assim cabalmente o início de sua colonização.

Mesmo assim, não se pode dizer que o início da colonização tenha rompido de vez e de forma cabal o desconhecimento de nosso litoral, pelo menos nos documentos da época.. Assim, analisando um documento que reputou da maior importância e que foi encontrado na Real Academia de la História de Madrid, o famoso “Quatri Partitu de Alonso de Chaves”, o comandante Max Justo Guedes, depois de assegurar que se trata de um documento redigido já em 1538, portanto três anos depois da chegada de Vasco Coutinho ao Espírito Santo, mostra que o documento:

Também revela lacunas notáveis nos conhecimentos coevos, como a interrupção do dado referente à latitude de cada topônimo, que cessa no “Rio Del Brasil” em 17° e 2/3 para só recomençar nas “Baxas de los Pargos” que situa em 21 ½°, com aproximação de meio grau. Ora, este desconhecimento de latitudes nos indica *que persistia ignorada a costa entre Porto Seguro e São Tomé*, (grifos do autor) consequência da navegação na região ser apenas local, a derrota normal se fazendo “por fora” dos Abrolhos, para se resguardarem os pilotos dos perigosos e mal levantados parcéis (GUEDES, 1972:21/22)

### Conclusão

Os antigos historiadores do ES haviam adotado o procedimento de traduzir para a história do ES os resultados das pesquisas mais gerais realizadas pela historiografia nacional. Nossa homenagem a eles neste artigo consistiu em efetuar o mesmo procedimento no que diz respeito à historiografia das últimas décadas a que tivemos acesso.

Assim, as evidências que apresentamos, hauridas nas fontes que a historiografia recente vem utilizando, a saber, os mapas antigos, e nos roteiros de viagem mais conhecidos, nos permitem concluir que o reconhecimento

documentado do litoral do Espírito Santo pelo menos até o início de sua colonização efetiva em 1535, uma questão que transcende claramente a tradicional interrogação sobre a “descoberta do ES”, ficou seriamente prejudicado em virtude da necessidade que sentiram os navegantes daquela época de contornar os Abrolhos navegando “por fora” deles numa extensão de mais de cem milhas e vindo a aterrar novamente apenas na região do atual Cabo Frio. O hiato que se observa na toponímia da época entre a região dos Abrolhos e a de Cabo Frio corresponde exatamente à maior parte do litoral do atual Espírito Santo, o que significa que esta parte do litoral brasileiro permaneceu relativamente desconhecida pelas navegações da época, segundo esta mesma documentação.

Este resultado contrasta claramente com algumas das pressuposições e conclusões a que tinha chegado a historiografia capixaba a respeito da questão, até aqui, em que pese o grande mérito que tiveram nossos ilustres predecessores, que já haviam percebido as dificuldades e lacunas na abordagem do problema.

Daemon, por exemplo, acreditava que a suposta menção aos limites da capitania do Espírito Santo feita na carta de doação de 1534, indicaria que a capitania já tinha sido explorada e “descoberta” antes da chegada do donatário Vasco Fernandes Coutinho em 1535. Ocorre, em primeiro lugar, que, efetivamente, não existe menção destes limites na referida carta de doação. Pelo contrário, nela o que se diz é o seguinte:

...de çimquoenta legoas de terra na dita costa do brasyl as quais se começaram (na parte onde acabarem as cinqüentas léguas de que tenho feito mercê a Pedro do Campo Tourinho) e correram pêra a bamda do sull tanto quanto couber nas ditas çimquoemta legoas. Emtrando nesta capitania quais quer Ylhas que houver athe dez legoas ao maar na frontaria na frontaria e demarçam destas cimcoenta legoas de que hasy faço mercê ao dito VASCO FERNANDES as quais cimquoemta legoas se emtemderam e seram de larguo ao lomguo da consta e emtraram na mesma largura pello sertam e terra fyrme a dentro tanto quanto poderem emtrar e for de minha comquista...(in: OLIVEIRA, 1951:19)

Uma passagem confirmadora de que a doação da capitania do Espírito Santo em primeiro de junho de 1534 foi feita tendo como única referência o suposto limite extremo da capitania anterior de Porto Seguro, doada a Pedro de Campo Tourinho, sem se mencionar com precisão qualquer acidente

geográfico realmente existente na região, (Daemon cita explicitamente o rio Mucuri), o que significa dizer que a partir deste documento, a Carta de Doação, não se pode absolutamente deduzir que antes desta doação a capitania já teria sido explorada e “descoberta” pelos navegantes portugueses. José Teixeira de Oliveira já havia notado acertadamente a cerca desse assunto que no “que respeita à testada marítima, nenhuma alusão a acidente físico que determinasse as raias do quinhão” e que: “Não se sabe qual o processo ou por que convenção se estabeleceu o rio Mucuri como o limite setentrional da capitania.” (OLIVEIRA, 1951: 25-26)

Outra pressuposição fundamental de Daemon, e da maioria dos historiadores que lhe sucederam, mais importante ainda do que a primeira, era a de que se as navegações de reconhecimento do litoral brasileiro tiveram como missão o esquadrinhamento do litoral brasileiro, em toda sua extensão, no sentido de norte a sul, elas não poderiam ter deixado de reconhecer também, como parece óbvio, o próprio litoral do Espírito Santo. Desgraçadamente, porém, as evidências que apresentamos sugerem que foi justamente isso o que ocorreu: o hiato toponímico que se observa na cartografia da época e os relatos das viagens conhecidas atestam cabalmente que nosso litoral ficou em grande parte inexplorado naqueles primeiros anos.

Esta última conclusão prejudica, a nosso juízo, tanto a hipótese de que o Espírito Santo teria sido “descoberto” já em 1501, pela primeira expedição de reconhecimento, como teriam sugerido Varnhagen, e Rio Branco, e na esteira deles os capixabas Ceciliano Abel de Almeida e Mário Aristides Freire, quanto a hipótese de Daemon, de que esta “descoberta” teria se dado em 1504, e isto por absoluta falta de referências nos documentos coevos a topônimos localizados no referido litoral.

Neste sentido, quanto à hipótese sugerida por Varnhagen de que o chamado rio de Santa Lúcia (ou Santa Luzia) poderia ser o atual Rio Doce, se poderia contra-argumentar com um juízo contra-factual: se ela fosse verdadeira isto significaria que o famigerado hiato de que tanto se falou aqui estaria localizado entre o Rio Doce (ou a baía de Vitória) e a região de Cabo Frio, o que seria um fenômeno absolutamente inexplicável: afinal, neste caso, perguntar-se-ia, porque razão teriam inúmeras navegações contornado os Abrolhos, aterrado no Rio Doce, (o que já é inverossímil) e logo depois deixado de percorrer, à vista de terra, todo esse extenso litoral, incluindo a baía onde se encontra a atual cidade de Vitória? Implausível imaginar que estes viajantes não tivessem avistado e dado informações a respeito de referências tão notórias como as famosas montanhas do Espírito Santo, do

“Mestre Álvaro”, ao “Morro do Moreno”, e ao “Moxuara”, de que falava Abel de Almeida. Pelo contrário, as evidências são exatamente no sentido de que o último topônimo que dá início ao hiato, ou seja, o próprio rio de Santa Lúcia, localiza-se defronte dos Abrolhos e não poderia ter sido confundido com o nosso rio Doce.

De qualquer forma, não descartamos a hipótese de que outras navegações, sejam elas portuguesas ou de outros estrangeiros, tenham também freqüentado, e portanto reconhecido, o nosso litoral, no período anterior ao início da colonização em 1535, mas é completamente certo que elas não teriam deixado registro deste feito, pelo menos não na documentação a que tive acesso.

Por fim, e agora retornando ao ponto de partida fixado em nossa introdução, fica então evidente que naqueles primeiros tempos o relativo isolamento e desconhecimento do Espírito Santo, pelos navegantes portugueses, para o bem ou para o mal, deveu-se em grande parte a um acidente geográfico que a navegação da época, nas condições técnicas de navegação então imperantes, não tinha condições de contornar de outra maneira, fato este que marcou a moderna história de nossa terra em seus primórdios. Sendo possível concluir, cotejando-se esta experiência inicial de nossa história com o relativo sucesso atual do Espírito Santo no comércio marítimo, que de um momento a outro, ou seja, dos primórdios à atualidade, o mar sempre desempenhou um papel de relevo em nossa história. Foi pelo mar que nossa história moderna começou e é através dele, hoje, que se processa nossa mais vital atividade, o que significa dizer que essa trajetória histórica liga-se de forma muito profunda ao mar.

### **Fontes e Referências Bibliográficas**

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. O Reconhecimento da Terra Capixaba, RIHGES, no. 7, março de 1934, p.62-66.

CARVALHO, Felipe Nunes Do Descobrimento à União Ibérica, in:JOHNSON,H e SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coords) O Império Luso-Brasileiro 1500-1620, Lisboa, Ed. Estampa, Vol. VI, 1992.

CASAL, Aires de. Corografia Brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil, Belo Horizonte, São Paulo, Ed.Itatiaia/Edusp, 1976.

CORTESÃO, Armando. Cartografia e Cartógrafos portugueses dos sécs.

- XV e XVI. (Contribuição para um estudo completo), Lisboa, Ed. Seara Nova, Vol I, 1935.
- CORTESÃO, Jaime. Os Descobrimentos Portugueses, Lisboa, Arcadia, II Vol, s/d.
- \_\_\_\_\_. Os Descobrimentos Portugueses III, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990
- \_\_\_\_\_. A expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimento do Brasil, Lisboa, Portugália Editora, 1967.
- COSTA, João Paulo Oliveira e.(Coord.) Descobridores do Brasil: Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.
- COUTO, Jorge. A Construção do Brasil: (Ameríndios, Portugueses e Africanos do início do povoamento a finais de Quinhentos), Lisboa, Edições Cosmos, 1995.
- DAEMON, Bazilio. Província do Espírito Santo. Sua descoberta, História Chronológica, Synopsis e Estatística, Victória, Typografia do Espirito-Santense, 1879.(acessível em [http://www.ape.gov.br/pdf/Daemon\\_Parte\\_1.pdf](http://www.ape.gov.br/pdf/Daemon_Parte_1.pdf). Acesso em 10.04.2007)
- ENCISO, Martín Fernández. Suma de Geografía, Introdução de José Ibanez Cerdáa, Madrid, Estades, 1948.
- FREIRE, Mario Aristides. A Capitania do Espírito Santo: Crônicas da Vida Capixaba no Tempo dos Capitães-Mores 1535-1822, Vitória, Of. Da Vida Capichaba, 1945.
- FERNANDES, Duarte. “Livro da Viagem da Não Bretoa ao Cabo Frio em 1511, por Duarte Fernandes, texto anotado por F.A.de Varnhagen, Rio de Janeiro, Typ, de D.L. dos Santos, 1867.
- GUEDES, Max Justo. As primeiras expedições portuguesas e o reconhecimento da costa brasileira”, Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Vol. 287, abril-junho, 1970..
- \_\_\_\_\_. Conhecimentos Geográficos do Brasil em Portugal e em Espanha em 1540, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972.
- LEITE, Duarte. O Mapa mais antigo do Brasil, in; Dias, Carlos Malheiros.(org) História da Colonização Portuguesa do Brasil, Porto, Litografia Nacional, 1923
- LISBOA, João de. Livro de Marinharia e Tratado da Agulha de Marear, Copiado e Coordenado por Jacinto Ignacio de Brito Rebello” Lisboa, Imp. De Libanio da Silva, 1903.
- MAGALHÃES, J. R e MIRANDA, S.M.(orgs). Os primeiros 14

documentos relativos à Armada de Pedro Álvares Cabral, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, Lisboa, 1999.

OLIVEIRA, José Teixeira de. História do Estado do Espírito Santo, Rio de Janeiro, s/ed, 1951.

PENNA, Misael. História da Província do Espírito Santo, Rio, Typ. Moreira, 1878

PERES, Damião. Historia dos Descobrimentos Portugueses, Portucalense Edit. Porto, 1943.

PEREIRA, Duarte Pacheco. Esmeraldo de situ orbis, 3ª. ed, Introdução e Anotações de Damião Peres, Lisboa, Academia Portuguesa de Historia, 1988.

PEREIRA, Moacyr Soares. A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio, Rio de Janeiro, ASA Artes Gráficas, 1984.

RIO BRANCO, Barão do. Efemérides Brasileiras, Min. Das Relações Exteriores, Imprensa Nacional, 1946

RUBIM, Brás da Costa. Memórias Históricas e Documentadas da Província do Espírito Santo, s/ed, 1861.

SOUSA, Pero Lopes de. Relação da Navegação de Pêro Lopes de Sousa 1530-1532 in: “Martim Afonso de Sousa”, Biblioteca da Expansão Portuguesa, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

VARNHAGEN, F.A. E. História Geral do Brasil, São Paulo, Comp. Edições Melhoramentos, 4ª Edição, 1948,.

VASCONCELLOS, José Marcelino Pereira de. Ensaio sobre a História e Estatística da Província do Espírito Santo, Victoria, Typ. De. P.A de Azevedo, 1858

VESPÚCIO, Américo. Novo Mundo: Cartas de Viagens e descobertas, Porto Alegre, 1984.

### Notas

1. Todas as obras capixabas mencionadas até aqui, o que implica dizer, a quase totalidade das poucas obras que foram publicadas sobre a formação histórica do Espírito Santo, (com a única exceção da obra de Mário Freire que vem de ser recentemente republicada por iniciativa do historiador Fernando Achiamé) encontram-se esgotadas e são obras raras de difícil acesso, somente encontráveis na Biblioteca da Ufes, na Biblioteca Pública do Espírito Santo e na biblioteca do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, motivo pelo qual, somos de opinião que uma reimpressão



destas e outras obras seria uma contribuição inestimável para a preservação de nossa memória histórica.

2. Num trabalho recente, a historiadora portuguesa Célia Santana, continua dando como certa a participação de Gaspar de Lemos na expedição de Cabral, apesar de manifestar dúvidas quanto às razões que teriam levado o rei de Portugal a confiar-lhe esta tarefa.(in: COSTA,2000:209)

3. Num outro mapa de igual antiguidade, pois também é de 1502, o mapa conhecido como de “Hamy” o Brasil aparece apenas como um contorno sem nomenclatura.(Cf.LEITE, 1923: 396

4. O já citado historiador Moacyr Pereira é de opinião que todos esses topônimos e mais outros que ele elenca resultaram de fato da primeira expedição de 1501. (PEREIRA, 1984:281)

5. Como se sabe, não existe nenhuma dúvida de que os franceses eram freqüentadores assíduos do litoral brasileiro antes do início efetivo de sua colonização, a qual, teria sido iniciada por Martim Afonso de Sousa em 1530 justamente como forma de impedir a permanência dos franceses no Brasil. No Espírito Santo esta presença também deve ter ocorrido, embora não possamos documentá-la. Note-se, porém, que em 1537, no documento em que Vasco Fernandes Coutinho fazia doação da atual ilha de Vitória ao fidalgo português Duarte de Lemos, Coutinho justificava a doação dizendo que o fazia em retribuição aos relevantes serviços militares que Lemos lhe prestara não apenas na luta contra as “gentes da terra” mas também contra os “infiéis”, referindo-se obviamente aos franceses.(Cf. OLIVEIRA,1951:46).